

Haverá sessões deliberativas no Plenário do Senado, mas sem matérias de interesse da incidência política. A expectativa é que possa ser incluído na pauta o Projeto de Lei do chamado “pacote do veneno”.

Na Câmara, a pauta do Plenário ainda não foi divulgada, mas o principal tema que poderá ser discutido é o Projeto de Lei das “Fake News” (PL nº 2.630/2020), que vai mobilizar as bancadas.

COMISSÕES DA CÂMARA

Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural

Haverá audiência pública no dia 4/5 para debater os desdobramentos da eventual revisão do Marco Temporal. Foi o deputado Coronel Assis (União-MT) quem solicitou o debate. Foram convidados: Marcelo Bertoni, presidente da Comissão Nacional de Assuntos Fundiários da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil; Anny lasmin Souza Dornelles, Analista de Assuntos Fundiários e Indígenas da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso, entre outros.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Aprovado o requerimento de autoria do Deputado João Daniel (PT/SE) e subscrito pelo Deputado Zé Silva, do Solidariedade/MG e presidente da Comissão que “Requer a realização de Audiência Pública sobre a Carta Encíclica Laudato Si, cuidado da Casa Comum, que foi publicada em maio de 2015, pelo Papa Francisco, objetivando resgatar e aprofundar as questões abordadas no documento, com a temática Laudato Si: Compromisso cristão com a justiça socioambiental”. A comissão marcará a data da Audiência Pública.

ALERTAS PARA PROPOSTAS QUE ESTÃO EM TRAMITAÇÃO – Urgência para os seguintes Projetos de Lei:

Projeto de Lei nº 470/2007 – Marco Temporal

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), sinalizou à bancada ruralista que pretende antecipar ao Supremo Tribunal Federal (STF) e agilizar a votação do Projeto de Lei nº 490, que estabelece o Marco Temporal para a demarcação de terras indígenas. O julgamento sobre o tema será retomado pelo Supremo no dia 7 de junho. Em reunião com a Frente Parlamentar da Agropecuária — nome oficial da bancada ruralista — Lira prometeu que o PL nº 490 será tratado nas próximas semanas no plenário da Câmara. Foi apresentado requerimento de urgência, no dia 24/3, pelo deputado André Fufuca (PP-MA), aliado de Lira. O pedido tem o apoio do maior bloco de partidos na Câmara, que é comandado pelo presidente da Casa. Se aprovado o regime de urgência, o projeto pode ir à votação rapidamente, sem discussão prévia pela sociedade nem análise nas comissões temáticas da Câmara.

Projeto de Lei nº 1.459/2022, o “Pacote do Veneno”

Há informações de que o Presidente do Senado poderá colocar em pauta o PL nº 1.459/2022. Tal projeto de lei tramitava como PL nº 6.299/2002 na Câmara dos Deputados, conhecido como Pacote do Veneno,

e é uma das propostas que tramitam no Congresso Nacional que ficaram conhecidas como “a boiada”. A bancada ruralista tem grande interesse na aprovação desse projeto. A CNBB participou de Audiência com o Presidente do Senado Federal, reforçando a necessidade de cautela na tramitação do PL. Em 26/4 a bancada ruralista conseguiu reunir assinaturas suficientes para apresentar um pedido de urgência para a apreciação do PL no Plenário do Senado, manobra parecida com a que ocorreu na Câmara dos Deputados, quando o projeto foi aprovado. Apesar de nessa ocasião a urgência não ter sido votada, é nítido o aumento de pressão sobre o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, e assim o Pacote do Veneno pode ser pautado a qualquer momento nos próximos dias.

Comissão Parlamentar de Inquérito, CPI do MST – Câmara dos Deputados

Foi lido, pelo Presidente da Câmara, o requerimento, de autoria do Tenente-Coronel Zucco (Republicanos/RS). Desde o mês de fevereiro, com o aumento de ações do Movimento dos trabalhadores Sem Terra (MST) em vários estados, a Frente Parlamentar da Agropecuária vinha pressionando pela abertura de uma CPI para apurar invasões em propriedades privadas. Nos próximos dias os partidos devem indicar os deputados que irão compor a CPI. O MST deverá contestar no STF a criação da CPI, já que o requerimento não apresenta um fato concreto para investigação.

CPI da ONGs – Senado Federal

A CPI das ONGs está aguardando as indicações dos partidos. Apesar de já terem sido solicitados os nomes, ainda não se tem previsão de sua instalação. A CPI pode ficar em segundo plano com a instalação

da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, CPMI, que vai investigar os atos ocorridos no dia 8/1.

Homologação de Terras Indígenas – TIs

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou, no dia 28, decretos de homologação de seis Terras Indígenas (TIs), em seis estados brasileiros. As áreas são as primeiras reconhecidas após cinco anos de paralisação dos processos de demarcação dos territórios tradicionais, nos dois últimos governos. Os atos normativos foram assinados no encontro de encerramento da 19ª edição do Acampamento Terra Livre (ATL 2023), em Brasília. O governo federal também recriou o Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI) e o Comitê Gestor da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI). Foram homologadas as seguintes terras indígenas: TI Arara do Rio Amônia, no Acre; TI Kariri-Xocó, em Alagoas; TI Rio dos Índios, no Rio Grande do Sul; TI Tremembé da Barra do Mundaú, no Ceará; TI Uneiuxi, no Amazonas; e TI Avá-Canoeiro, em Goiás.

Maioria do STF vota para manter fim de boa-fé no comércio de ouro

A maioria dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) votou para confirmar a decisão do ministro Gilmar Mendes que suspendeu a chamada “boa-fé do ouro”, que permitia que os compradores de material retirado dos garimpos apresentassem como garantia de procedência apenas a palavra do garimpeiro de que a extração fora feita em área legal. O julgamento ocorreu no plenário virtual do STF. A decisão de Gilmar, no último dia 19 de abril, revoga o artigo da Lei nº 12.844/2013 que autorizava que a procedência do ouro comercializado no Brasil fosse atestada pelo vendedor do metal.

Hyundai suspende vendas de escavadeiras em Roraima para frear avanço do garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami

A HD Hyundai Construction Equipment (HCE) anunciou, no dia 28/3, que vai suspender temporariamente a venda de escavadeiras em Roraima, para frear o avanço do garimpo ilegal na Terra Yanomami. A medida foi

anunciada após a divulgação do relatório do Greenpeace “Parem as máquinas! Amazônia livre de garimpo”, lançado no último dia 12 de abril. O estudo mostra que entre 2021 e 2023 foram encontradas 176 escavadeiras nos territórios Kayapó, Munduruku e Yanomami, sendo que mais de 42% delas foram fabricadas pela empresa coreana Hyundai. A suspensão também será válida para os estados do Amazonas e Pará.